

## ENSINO COLABORATIVO: Um Olhar Para Sala de Aula Regular

Terezinha Raquel Ribeiro Vieira <sup>1</sup>

Aline da Silva Moraes Batista <sup>2</sup>

Ana Paula dos Santos Alexandre <sup>3</sup>

Everton Felipe Silva Vieiras<sup>4</sup>

### RESUMO

O ensino colaborativo desempenha um papel indispensável na sala de aula regular, a colaboração está relacionada com a contribuição, ou seja, o indivíduo deve interagir com o outro, existindo ajuda mútua ou unilateral. Os profissionais da sala de recursos multifuncionais se unem para desenvolver estratégias, para que o docente da classe regular e o professor de educação especial estejam trabalhando em conjunto, assim promova realmente um ensino e uma sala de aula mais inclusiva para todos os alunos, os estudantes com alguma deficiência intelectual ou dificuldade de ensino e aprendizagem possa acompanhar os conteúdos desenvolvidos. O objetivo deste artigo é de informar sobre a educação inclusiva e a sala do AEE para crianças portadoras do transtorno do espectro autista (TEA), sobre o ensino colaborativo para professores regentes visando o apoio do professor de educação especial com ajuda na sala de aula comum. O presente trabalho é uma revisão bibliográfica, tomamos como base metodológica a pesquisa qualitativa, como resultados, apresentamos algumas áreas possíveis sobre o tema que aborda resultados positivos em alguns países. Nesse sentido, o ensino colaborativo e a construção para novos conhecimentos e experiências educacionais, dessa forma, o mesmo já se mostra com esse olhar para uma inclusão escolar envolvendo aprendizagem contínua que deve ocorrer de forma estratégica e promissora, assim seja, de modo efetiva e de qualidade.

**Palavras-chave:** Ensino Colaborativo. Educação Inclusiva. Sala de aula.

### INTRODUÇÃO

O assunto abordado reflete acerca do ensino colaborativo entre professor na sala de aula regular e o professor de educação especial, assim como consta na Constituição Federal no artigo 205 que “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Constituição Federal Brasileira de 1988). O objetivo deste artigo é de informar sobre a educação inclusiva e a sala do AEE para crianças portadoras do transtorno do espectro autista (TEA), sobre o

---

<sup>1</sup> Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, [raquelribeirojampa@gmail.com](mailto:raquelribeirojampa@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG; [alinnemorais.b@gmail.com](mailto:alinnemorais.b@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG; [ana.p.lima@estudasnte.ufcg.edu.br](mailto:ana.p.lima@estudasnte.ufcg.edu.br)

<sup>4</sup> Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG; [everton.felipe@estudante.ufcg.ddu.br](mailto:everton.felipe@estudante.ufcg.ddu.br)

ensino colaborativo para professores regentes visando o apoio do professor de educação especial com ajuda na sala de aula comum.

Nesse sentido, o ensino colaborativo e a construção para novos conhecimentos e experiências educacionais, dessa forma, o mesmo já se mostra com esse olhar para uma inclusão escolar envolvendo aprendizagem contínua que deve ocorrer de forma estratégica e promissora, assim seja, de modo efetiva e de qualidade.

O ensino colaborativo desempenha um papel indispensável na sala de aula regular, a colaboração está relacionada com a contribuição, ou seja, o indivíduo deve interagir com o outro, existindo ajuda mútua ou unilateral. Esse ensino se desenvolve com a ajuda dos professores, gestão escolar e da família essa colaboração desenvolve benefícios para os alunos com deficiência, Transtorno globais de desenvolvimento TGD ou altas habilidades/superdotação, além disso, passou a ser responsabilidade tanto do professor da classe regular, no que se refere à apropriação do currículo, quanto do professor especializado que atua sala de recursos multifuncionais no AEE.

Conforme (MARIN, 2013 p.53)

[...] o professor regente da turma traz os saberes disciplinares, os conteúdos, o que prevê o currículo e o planejamento da escola, juntamente com os limites que enfrenta para ensinar o aluno com necessidade especial. O professor do ensino especial, por sua vez, contribui com propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades do estudante, considerando as situações de ensino propostas e as opções metodológicas, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem.

A escola precisa ter uma gestão democrática para que consiga ter um trabalho de qualidade junto com o ensino colaborativo de excelência, assim se desenvolve um Plano Educacional Individualizado PEI de melhor desempenho, para isso é necessário um processo colaborativo, envolvendo uma equipe multidisciplinar composta por professores, coordenadores pedagógicos, especialistas em educação especial, familiares e, quando possível, o próprio aluno.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho concretiza-se como um arquivo desenvolvido através de pesquisas de cunho bibliográfico, que segundo Gil (2002), é uma pesquisa produzida a partir de materiais

já publicados, podendo ser estes: livros, artigos científicos, periódicos, revistas, dissertações, monografias, teses. A pesquisa de cunho qualitativo de acordo com Minayo (2009), se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, isto é, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A opção pela realização de uma pesquisa bibliográfica estabeleceu-se pois ela proporciona ao pesquisador a abrangência de um amplo espectro de fenômenos, muito além do que poderia ser investigado diretamente, fazendo uso de artigos científicos e periódicos como base para a estruturação do material.

Essa pesquisa surgiu através dos estudantes de pedagogia foi conduzida com base na experiência dos estágios supervisionados e pela experiência do Programa de Iniciação a Docência (PIBID), faz-se necessário que este tema seja colocado em evidência, pois como se pode conceder o direito ao ensino colaborativo para todas as crianças.

O objetivo deste artigo é de informar sobre a educação inclusiva e a sala do AEE para crianças portadoras do transtorno do espectro autista (TEA), sobre o ensino colaborativo para professores regentes visando o apoio do professor de educação especial com ajuda na sala de aula comum.

Nesse sentido, almeja-se promover a informação sobre o ensino colaborativo tem como base a participação de construção por toda equipe gestora, professor da sala comum como do professor especializado, pois, enquanto o professor da sala comum domina o conteúdo específico, seja de matemática, geografia o professor da educação especial desenvolve estratégias e recursos que podem eliminar ou minimizar as barreiras à inclusão.

Além disso, para a construção desta discussão, foram utilizadas diversas fontes de pesquisa, tais como Google Acadêmico, Scielo, Portal de Periódicos Capes entre outros recursos. Bem como, livros e artigos científicos de autores como Castro(2009), Baptista (2015), Pereira *et al.*(2017), Miranda (2019).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A organização do ensino colaborativo consiste em ter uma gestão participativa, um corpo pedagógico presente e uma dinâmica entre o docente da sala comum e do ensino especial, os dois precisam atuarem juntos na construção do Plano Especial Individualizado.

A intenção é que os saberes se articulem as duas habilidades para promover a inclusão dessas crianças.

Os profissionais da sala de recursos multifuncionais se unem para desenvolver estratégias, para que o docente da classe regular e o professor de educação especial estejam trabalhando em conjunto, assim promova realmente um ensino e uma sala de aula mais inclusiva para todos os alunos, os estudantes com alguma deficiência intelectual ou dificuldade de ensino e aprendizagem possa acompanhar os conteúdos desenvolvidos.

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino ( inciso III do art. 208 da CF ), visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular. como forma de assegurar o mais plenamente possível o direito de integração na sociedade.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) tem suas raízes no movimento de educação especial, que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970. Nos Estados Unidos, o PEI foi formalmente introduzido com a promulgação da Lei de Educação para Indivíduos com Deficiências (IDEA) em 1975. O PEI contribui para o desenvolvimento pleno dos alunos e de suas capacidades e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, o trabalho colaborativo de uma equipe multidisciplinar resolvem problemas juntos, criam oportunidades para que construam mais conexões pessoais entre si e com seu trabalho, da implementação de estratégias de ensino adequadas e do monitoramento contínuo do progresso do estudante, é possível superar os desafios e assegurar que todos os discente.

Essa tabela mostra que a educação inclusiva é baseada em princípios para que isso permaneça é considerado os princípios de equidade, acessibilidade, participação e colaboração, assim é consideração as habilidades, interesses e necessidades únicas de cada aluno.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA			
Os princípios que visam garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade.			
Equidade:	Acessibilidade:	Participação:	Colaboração:
A educação deve ser	O ambiente	Todos os	A educação inclusiva

justa e imparcial, proporcionando a todos os alunos as mesmas oportunidades de aprendizagem. Isso não significa tratar todos os alunos da mesma maneira, mas sim adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais;	escolar deve ser acessível a todos os alunos, eliminando barreiras físicas, sociais e acadêmicas que possam impedir a participação plena dos alunos com deficiências;	alunos devem ter a oportunidade de participar ativamente de todas as atividades escolares, incluindo aulas, atividades extracurriculares e eventos sociais;	requer a colaboração de todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, administradores, pais e alunos. A criação e implementação do PEI é um exemplo claro dessa colaboração.
--	---	---	---

A educação inclusiva necessita de parcerias para que desenvolva de forma mais colaborativa, precisa de políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, família e comunidade, esse grupo reúne várias formações técnicas, competências distintas e diferentes perfis interpessoais, o que ajuda a alcançar resultados de forma mais rápida.

A implementação do AEE como o serviço especializado é um princípio da política de educação especial federal, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

O AEE não substitui a sala de aula comum, não pode substituir as funções do professor responsável pela classe no ambiente escolar, os professores precisam ter uma formação base em

pedagogia e especialização em educação inclusiva, o profissional da sala de recursos ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes.

O trabalho colaborativo se mostra importante na organização das instituições de ensino uma vez que promove conexão entre a equipe da escola, família, professor, aluno e comunidade. O ensino colaborativo junto com a sala de recursos multifuncionais complementar e suplementar a autonomia do discente, esse ensino vai se diferenciar daqueles planos pensados apenas para o todo sala de aula comum, ira facilita para as crianças com algum transtorno global de aprendizagem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A importância de abordar o tema acerca de práticas educativas inclusivas, é para que haja possibilidade para todos os alunos com necessidades especiais, os mesmo tenham o seu planejamento individualizado o PEI, que deve ser realizado junto com seu professor regente e o da educação especial para desenvolver. Esse modelo de ensino colaborativo dispõe de uma melhora na exposição das aulas e da aprendizagem do aluno com TEA, TDAH a sala comum precisa de um professor disposto a realizar a aprendizagem e desenvolver situações. Diante disso, na perspectiva de discutir os fatores que contribuem para a construção de práticas educativas capazes de promoverem a inclusão escolar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório e descritivo, por estar imerso na subjetividade presente no ambiente natural de onde se coletará os dados, tendo como base do estudo a prática educativa inclusiva do professor junto ao aluno PAEE e os fatores que colaboram para essa prática.

O ensino colaborativo não se restringe somente aos professores, mas a um grupo de pessoas que colaborem com o desenvolvimento das práticas pedagógicas, desencadeando estratégias e operacionalização do plano de ação/intervenção da escola, assim as estratégias curriculares conjuntas, possam atender as singularidades desses estudantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse sentido, o ensino colaborativo e a construção para novos conhecimentos e experiências educacionais, dessa forma, o mesmo já se mostra com esse olhar para uma

inclusão escolar envolvendo aprendizagem contínua que deve ocorrer de forma estratégica e promissora, assim seja, de modo efetiva e de qualidade.

O PEI é uma ferramenta indispensável para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade. Ao garantir uma abordagem individualizada e centrada nas necessidades do aluno, é possível superar os desafios e assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação que respeite e valorize suas individualidades, por isso, que o PEI é um instrumento poderoso para tornar esse direito uma realidade. Ele reforça o compromisso das escolas com a equidade, garantindo que as necessidades específicas de cada aluno sejam atendidas de maneira individualizada e eficaz.

A educação inclusiva é um direito assegurado a todos os alunos, por isso a importância da participação ativa dos pais e da comunidade, da gestão escolar no processo educacional é essencial para os discentes. A colaboração entre o corpo docente, professores, pais, professores da educação especial e aluno para que ocorra de fato o ensino colaborativo.

A ampliação da jornada escolar, que se fazia necessária como condição para uma formação e autonomia dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual ou dificuldade de ensino e aprendizagem possa acompanhar os conteúdos desenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, Larissa M. R.; MOURA, Larissa F.; ALBUQUERQUE, Eugênia M. de. A Inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular. Revista Includere. V.3 N.1, 118-130 Out. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 Maio 2024.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01.p.17.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

CASTRO, Paula Almeida de; ALVES, Cleidiane de Oliveira Sousa. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **e-Mosaicos**, [S. l.], v. 7, n. 16, p. 3–25, 2019. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2018.38786. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/38786>. Acesso em: 20 maio. 2024.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MARIN, M.; BRAUN, P. **Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar**. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (Org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 49-64. Disponível em: [https://www.academia.edu/10000696/Estrat%C3%A9gias\\_educacionais\\_diferenciadas\\_para\\_alunos\\_com\\_necessidades\\_especiais](https://www.academia.edu/10000696/Estrat%C3%A9gias_educacionais_diferenciadas_para_alunos_com_necessidades_especiais)

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no brasil. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v. 2, n. 3, p. 11-23, jan./jun. 2019.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.